

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.494 - SP (2019/0116545-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **ARMANDO DOS SANTOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **FLORINDO CHAVARI FILHO**
AGRAVANTE : **JOSE MONTES**
AGRAVANTE : **MIGUEL COSTA**
AGRAVANTE : **ORLANDO BARCASSA**
AGRAVANTE : **SIDNEY TAVARES**
ADVOGADOS : **RICARDO INNOCENTI E OUTRO(S) - SP036381**
 DANIELA BARREIRO BARBOSA - SP187101
 MARIA CRISTINA LAPENTA - SP086711
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **JULIANA GUEDES MATOS E OUTRO(S) - SP329024**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. CONHEÇO DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Armando dos Santos Ferreira e outros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 349):

APOSENTADOS DA EXTINTA FEPASA - Pretensão à equiparação da complementação de aposentadoria com o salário dos funcionários da ativa da CPTM, ocupantes de cargos similares - Prescrição do fundo do direito afastada - Reenquadramento para os cargos de "Técnico de Serviços da Operação", "Maquinista", "Técnico de Projetos e Obras I", "Supervisor do Centro de Controle Operacional" e "Mecânico de Manutenção II", a serem utilizados como referência - Impossibilidade - Ausência de norma legal a amparar a pretensão - Ação improcedente - Recurso não provido.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram rejeitados.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam violação do art. 535, II, do CPC/1973, pois o Tribunal de origem não se manifestou acerca de todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia acerca da "suposta ausência de comprovação do direito à equiparação".

Apresentadas contrarrazões.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que não há omissões no acórdão *a quo*.

Nas razões do agravo, os recorrentes defendem o regular processamento do especial, pois esse reúne todos os requisitos de admissibilidade que lhe são próprios.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Verifica-se que inexistente a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois conforme depreende-se dos autos, o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou da questão suscitada, resolvendo, portanto, de modo integral a controvérsia posta.

Com efeito, o acórdão *a quo* salientou a impossibilidade de dar provimento a pretensão recursal por falta de comprovação de exercício de atividades que ensejam a complementação de aposentadoria. Confira-se (e-STJ fl. 352/353):

Contudo, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Estadual nº 9.343/96 e o Enunciado nº 10, da Seção de Direito Público deste Tribunal não se aplicam ao caso, uma vez que referidas disposições garantem apenas o direito dos reajustes dos benefícios nos mesmos índices dos reajustes concedidos aos servidores ativos da CPTM, sem implicar na equiparação entre cargos distintos, com o intuito de obter o reenquadramento do cargo do servidor aposentado, para fins de majoração do benefício.

Ademais, os documentos juntados pelos autores não comprovam que as atividades desenvolvidas pelos aposentados eram as mesmas exercidas pelos atuais "Técnico de Serviços da Operação", "Maquinista", "Técnico de Projetos e Obras I", "Supervisor do Centro de Controle Operacional" e "Mecânico de Manutenção II", questão expressamente impugnada em contrarrazões (em especial fls. 331), o que igualmente impossibilita o acolhimento do pedido. Nesse sentido, é o entendimento desta Corte:

[...]

Assim, ausente norma legal a amparar a pretensão de equiparação/reenquadramento do cargo do servidor aposentado com o cargo similar do ocupante pelos funcionários da ativa da CPTM, para fins de majoração da complementação de aposentadoria, o caso era mesmo de improcedência da ação.

Portanto, na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

